

NOTAS PARA UMA MICROPOLÍTICA DA LÍNGUA: MODELIZAÇÕES IDEOLÓGICAS NAS SEMIOSES DA LINGUAGEM

Luis Felipe Silveira de Abreu¹
Alexandre Rocha da Silva²

Resumo:

O presente artigo decorre das atuais pesquisas do Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação (GPESC), interessadas em uma reavaliação das teorias semióticas do século XX, na constituição de um conceito de *Semiótica Crítica*. Partimos aqui da colocação de Gilles Deleuze e Félix Guattari de que a linguagem é caso de política antes de ser caso de linguística. Nos rastros desse postulado conceitual, procedemos a uma revisão dos objetivos da micropolítica, em relação a uma concepção de linguagem (e de comunicação) não como transmissão, mas como produção: de signos e de ordens. Seguindo ainda Deleuze e Guattari, somos levados a tensionar essa micropolítica da linguagem à luz da noção de *ideologia*. Revisamos assim teorias da ideologia que estabeleceram relação com o pensamento semiótico, como os Aparelhos Ideológico de Estado, de Louis Althusser, e o marxismo de Mikhail Bakhtin. Essas visões são contrapostas às próprias críticas de Deleuze e Guattari, que advogam a adoção do conceito de *subjetividade* como operador desse nó micropolítico. Concluimos aqui, com e contra Deleuze e Guattari, por uma pertinência semiótica da ideologia como interpelação, com uma capacidade modelizante aos atos de comunicação, em sua potência de atuar já na infraestrutura do socius, compreendida sob a ideia de valor-signo.

Palavras-chave: semiótica, micropolítica, linguagem, ideologia, modelização

Imaginemos um arquivista dedicado a compilar os trabalhos até aqui produzidos no esforço de investigação da *Semiótica Crítica*³. Em sua diligência pelos textos dessa bibliografia em processo, à leitura desse arquivista dificilmente passaria em branco a recorrência de um certo enunciado. Leria e releria a seguinte afirmação: “A linguagem é caso de política antes de ser caso de linguística” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 97, grifo nosso).

Dita e redita por tantos textos desse projeto (cf. SILVA et al. 2013, SILVA; ARAUJO, 2015, SILVA, 2016), em posições que vão desde as epígrafes até suas conclusões, essa frase

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação (GPESC). Bolsista CAPES. E-mail: paraluisabreu@gmail.com.

² Doutor em Ciências da Comunicação e Mestre em Semiótica. Realizou estágio de pós-doutorado pela Universidade de Paris III/ Sorbonne Nouvelle. Pesquisador do CNPq e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS (PPGCOM-UFRGS). Coordena o Diretório CNPq Semiótica e Culturas da Comunicação. Email: arsrocha@gmail.com.

³ A elaboração de uma noção de *Semiótica Crítica* – compreendida como uma passagem do pensamento semiótico no século XX, implicada na reelaboração dos modelos formais via o pensamento crítico de autores como Gilles Deleuze, Michel Foucault e Jacques Derrida – tem sido o projeto de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação (GPESC) desde 2013. Enquanto participantes do grupo e desta pesquisa, propomos aqui uma apresentação dessa noção, além da tentativa de desenvolvimento de alguns conceitos caros a ela, como veremos.

parece ter centralidade na construção de tal ponto de vista. Como, porém? Quais as implicações desse deslocamento contra-intuitivo? Se é recorrente, tal frase espreita tais textos em uma tônica espectral, dando o tom mas sem nunca ser explorada *em si*.

Assumindo a perspectiva desse arquivista ideal, compelido a tornar-se escriba ele próprio, este artigo se insere em tal projeto de pesquisa, no que visa refletir sobre tal colocação de Deleuze e Guattari no âmbito de suas implicações semióticas. De início, retomamos seu local inicial de enunciação, em *Mil platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1995), e seu contexto, dentro de uma discussão sobre o papel da linguagem enquanto enquanto “palavra de ordem”, e não como transmissão informativa. Esse debate encaminha uma visão *micropolítica* da Comunicação, interessada nos modos de constituição dessas injunções e interdições a que o poder sentencia os atos de fala, por menores e mais cotidianos que sejam.

Expandindo essa investigação, torna-se necessário retomar o conceito de *ideologia*, paradigmático à construção da onipresente frase em questão – conceito aludido (e rechaçado, em partes) por Deleuze e Guattari. Retomamos aqui duas acepções do conceito desenvolvidas em conjunção ao pensamento semiótico: a noção de marxismo da linguagem de Mikhail Bakhtin (2006) e os Aparelhos Ideológicos de Estado descritos por Louis Althusser (1970).

Da linguística à (micro)política: semioses pragmáticas

Retomemos o trecho em questão uma vez mais: “A pragmática deve recusar a ideia de um invariante que poderia se abster das transformações, mesmo o invariante de uma ‘gramaticalidade’ dominante, pois *a linguagem é caso de política antes de ser caso de linguística*” (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 97, grifo nosso).

Sua aparição se dá em meio ao ensaio *Postulados da linguística*, centrado no conceito de *palavra de ordem*, e interessado em uma reavaliação dos debates pregressos da filosofia da linguagem, cuja abordagem analítica é aqui posta de lado em prol de um enfoque direto nos atos de enunciação. Como se vê na constatação de que “as palavras não são ferramentas; mas damos às crianças linguagem, canetas e cadernos, assim como damos pás e picaretas aos operários. Uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático” (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 12). É na inversão do estatuto de tais marcadores que se encontra a mais reluzente proposição, caminho para a noção de um estudo crítico da Comunicação: nossa proposta, a discussão das *semioses políticas da Comunicação*.

O que não vai sem certa polêmica, afinal. A essa proposta de uma guinada política no estudo da linguagem seria possível acusar o generalismo da abordagem, que retiraria as especificidades do estudo da linguística em prol de um conceito ambíguo de política. A essas ordens de objeção que Guattari buscou responder, junto a Suely Rolnik (1996), nas suas cartografias dos processos de desejo, dos movimentos das minorias, dos devires rebeldes: aquilo que chamam *micropolítica*. “Mas se tudo é político, então nada é político”, diriam os avatares de certo purismo linguístico (os mesmo contra os quais Deleuze e Guattari redigem seus *Postulados*). A isso, a réplica é direta:

A isso eu responderia que, efetivamente, a política e a micropolítica não estão por toda parte, e que a questão é, justamente, por a micropolítica por toda parte: em nossas relações estereotipadas de vida pessoal, de vida conjugal, de vida amorosa e de vida profissional, nas quais tudo é guiado por códigos. Trata-se de fazer entrar em todos esses campos um novo tipo de pragmática: um novo tipo de análise que corresponda, de fato, a um novo tipo de política. (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 135)

Pôr a micropolítica por toda parte: eis tanto a justificativa quanto a motivação por trás desse impulso de iluminar as nervuras políticas da linguagem.

Pôr a micropolítica na Comunicação: parece ser, em dada medida, a proposição que buscamos aqui, a partir dessa constatação da linguagem enquanto campo de disputas. Em que consiste passar dos modelos informativos e transmissionais para uma concepção do ato comunicacional que leve em conta as relações e os códigos que guiam estas, como observados por Guattari e Rolnik? Com que ferramentas levar à cabo a cirurgia conceitual que transporta a linguagem da linguística para a política (e, nesse caminho, se tornando *locus* privilegiado dos debates semióticos e comunicacionais)?

Quando Deleuze e Guattari (1995) passam a debater os conceitos linguísticos/semióticos de conteúdo e expressão, forma e substância, é em relação a inquietações semelhantes, em que pese a distância de comparação em relação aos propósitos de Hjelmslev: o modo como esses operadores têm sido caracterizados na filosofia da linguagem não exploraria toda sua potência, até mesmo reduzindo-os a sinônimos do clássico binômio significante/significado. Não se trataria disso, e a relação entre tais termos “só poderia determiná-la remanejando a *teoria da ideologia*, e fazendo desde logo intervir as expressões e os enunciados na produtividade, sob a forma de uma produção de sentido ou de um valor-signo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 33, grifo nosso).

Que conceitos linguísticos bastante duros como esses possam ser bem lidos também à luz da ideologia é um forte exemplo do olhar político que tal filosofia lança sobre a língua. Representa também um indicativo de por onde iniciar nossos esforços de construção dessa micropolítica da Comunicação, tendo em evidência os atos de enunciação. Retomemos, portanto, a dita teoria da ideologia, destacando suas intersecções com o problema em questão.

Os aparelhos e as palavras: ferramentas ideológicas

Falar em “teoria da ideologia” de modo abstrato representa uma dificuldade, dada a amplitude do tema e sua difusão nos estudos das Ciências Humanas ao longo dos últimos séculos. Aqui o foco se circunscreve à noção marxista de ideologia, claramente a referida por Deleuze e Guattari em suas remissões à produção e valor; mais especificamente, discutiremos a reformulação de Louis Althusser em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970), remissão direta em *Mil platôs* e, como se verá, dona de um poder operatório particularmente interessante ao introduzir a noção de *práticas e rituais ideológicos*.

Althusser, filósofo e epistemólogo, constrói aquilo que chama de “notas para uma investigação” a partir de um retorno às obras de Marx, na expansão de seu conceito de ideologia, já uma transformação da origem filológica de “ciência das ideias”. A partir de suas *Obras de Juventude* (MARX, 2011), o autor de *O Capital* dá ao termo “um sentido totalmente diferente. A ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de Um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1970, p. 69).

Esse sistema, ainda que descrito na abstração de termos como “ideias”, “representações” e “espírito”, é material, sendo indissociável de uma série de ritos, costumes e mesmo objetos sociais, como esclarece Althusser (1970, p. 84): “Retomamos esta tese: uma ideologia existe, sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material”. Tal existência se demonstra no construto teórico dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Se Marx concebe o Estado como uma máquina de manutenção do poder da classe dominante sobre a proletária, este é um aparelho de funcionamento essencialmente repressivo – e a potência de tal aparelho seria tanta que não deve ser confundida com o poder do Estado; e Althusser dá o exemplo da história de revoluções na França, em que grupos assumiam o poder, mas não conseguiam destituir ou alterar a ordem do aparelho. Isso se dá pela existência de outra face do Estado, não redutível ao poder institucional: os Aparelhos Ideológicos, organizados não pela supressão violenta do corpo social, mas pelo trabalho de reprodução da ideologia das classes dominantes.

Encarnados ora como Aparelho Ideológico Religioso, ora como Aparelho Ideológico Escolar, entre tantos outros, os AIE, como Althusser os denominava, se caracterizam pela pluralidade e fragmentação: ao passo que o aparelho repressivo se centraliza, os ideológicos grassam, assumindo diversas facetas, boa parte delas não diretamente ligadas ao Aparelho Estatal burocraticamente instituído (como governos), mas mesmo à “sociedade liberal”. Ainda que seus objetivos sejam, em final, resumidos ao mesmo – “a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (ALTHUSSER, 1970, P. 62) –, cada AIE o realiza de determinada forma, lançando mãos das estratégias e práticas, sempre materiais, como referimos. O AIE midiático, para ficarmos em um exemplo caro à nosso campo de discussão, opera com a veiculação de publicidade e reportagens onde circulam temas como “noções cívicas”, “nacionalismo”, “moral e bons costumes”⁴, ao passo que o AIE jurídico se encarna em uma miríade de textualidades (constituições e regimentos, legislações e jurisprudências) e eventos (julgamentos, audiências, acareações, etc.) que sustentam a ideia da Justiça cega, fiel da balança.

É tal lógica de reprodução e difusão de postulados ideológicos que nos interessa aqui, no que consiste na semiotização desse processo político. Uma semiotização calcada fortemente na *palavra* – e Althusser discute sobre esse viés, ao afirmar o AIE escolar como o central na sociedade contemporânea (na época da escrita de seu *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, ao menos), com suas lições não só aos futuros proletários, mas também aos futuros patrões, voltadas a “uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, *pela palavra*, a dominação da classe dominante” (ALTHUSSER, 1970, p. 22, grifo do autor).

Foquemos na noção do signo linguístico como paradigmático para a materialização ideológica; caminho que nos leva um passo adentro nessa problemática semiótica, na remissão às ideias de Mikhail Bakhtin, sobretudo seu *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN, 2006)⁵. De modo semelhante a Althusser, aí o filósofo e linguista promove uma retomada do pensamento marxista – e pode-se dizer que uma retomada mais clássica, dado que Bakhtin mantém a concepção de ideologia em Marx de forma fiel, ao contrário da

⁴ Pense-se aí nas análises que Roland Barthes conduz em *Mitologias* (BARTHES, 2010), na leitura desses temas ideológicos-burgueses sub-repticiamente nos meios de comunicação, sob a plácida aparência de informações cotidianas.

⁵ A autoria dessa obra é centro de certa polêmica, tendo sido publicada originalmente com a assinatura de Valentin Voloshinov (aluno do linguista russo), e, só após, atribuída a Bakhtin. Sem nos deter nesse debate, seguiremos aqui os créditos do volume consultado, da Editora Hucitec, bem como a atribuição que Roman Jakobson frisa no prefácio a essa mesma edição. Cabe notar, porém, como tal disputa autoral, das palavras que viajam sem que se saiba ao certo quem as proferiu, estabelece um divertido paralelo com o tema da política comunicativa pós-identitária que esboçamos aqui.

elaboração de *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (ALTHUSSER, 1970). Sua questão aí é compreender no que o aporte do pensamento econômico e político socialista pode impactar nas discussões da linguagem para além da análise semântica e do psicologismo (e, também, no inverso, demonstrar como a linguística pós-saussureana pode expandir o campo de reflexão marxista). Nesse sentido, lhe serve a noção marxista da ideologia como sistema ideal de representações das classes e posições sociais – e sua expansão é no sentido de demonstrar como tal sistema, e as disputas de poder que traz de arrasto, materializam-se semioticamente. Aí, menos interessado em reformar o debate sobre o Estado, Bakhtin passa a delimitar a necessidade de pensar a luta de classes por seu viés signico: “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico*” (BAKHTIN, 2006, p. 30, grifos do autor).

A maior guinada neste sentido seria dar atenção ao caráter social da língua e de suas produções significantes – paradoxalmente, a área mais enjeitada pelos estudos marxistas. Essa constatação, por vezes anunciada de forma axiomática⁶, se deve pela força da *palavra* como “*fenômeno ideológico por excelência*” (BAKHTIN, 2006, p. 34, grifo do autor). É ela, simultaneamente, não apenas emissária da ideologia, mas bem como uma de suas principais forjas; pois não apenas pela difusão de normas, como no AIE escolar descrito por Althusser (1970), que a palavra desempenha seu papel no teatro político, mas, sendo sua própria constituição um trabalho dialógico intersubjetivo, que atravessa classes sociais, é nela que a miríade de ideias e representações relacionais constitutivas da ideologia, como vimos, se sedimentam e adquirem formas e consistência, cristalizando-se em signos concretos. É assim que o programa de tomada da filosofia da linguagem enquanto filosofia do signo ideológico revela-se instrumento de medida dos embates políticos, tomando a palavra e suas variações como índices, o que se lê nesta anotação de Bakhtin (2006, p. 40):

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despotam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados.

⁶ Veja-se a abertura do célebre ensaio *Os gêneros do discurso* (BAKHTIN, 1997, 280): “Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua”.

A ideologia, portanto, está *antes* da palavra – composta por “fios ideológicos” –, mas também está *depois*, já que cacos e fragmentos ainda não “estruturados” ou “bem formados” por ali circulam, e tal ambivalência concederia ao estudo das linguagens tal lugar de importância – o que fica ainda mais explícito na engenhosa justaposição de Bakhtin entre a ideia marxista de classe social e a noção de comunidade semiótica, que seria o grupo de indivíduos que se utilizam dos mesmos códigos de comunicação. Se tomamos a semiótica linguística, se vê que a classe e a comunidade não são coincidentes, dado que as palavras e todo aparelho linguageiro (gramática, sintaxe, etc.) é o mesmo a todos dentro de certo espaço: a comunidade engloba distintas classes. Daí que “*em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 2006, p. 45, grifo do autor). Tome-se o salário, por exemplo: enquanto entidade concreta, pagamento pelo uso de mão de obra, para os proletários ele se constitui enquanto forma de subsistência, enquanto que para os empresários não passa de um modo de reprodução das forças de produção, como lembra Althusser (1970) – mas ambas concepções convivem no mesmo espaço, dentro da palavra “salário”, que, sendo uma só, traz no seu bojo todo conflito e as assimetrias próprias desse antagonismo ideológico.

A ideologia como reprodução, a subjetividade como produção?: a comunicação como modelização

concordam Guattari e Rolnik (1996, p. 25, grifos do autor), mas sendo ainda mais diretos na sua recusa ao termo, dizendo preferir “falar sempre em *subjetivação*, em *produção de subjetividade*”. No projeto micropolítico, a ideologia, conforme concebida na tradição do pensamento social e político do século XX, não parece explicar bem os novos fenômenos do capitalismo, ligada que é a uma teoria de Estado mais clássica. A noção da vida cotidiana como espaço de disputa política leva a trocar os termos, na busca de um que capture a nuances desses novos projetos de sujeição, há muito saídos do chão da fábrica:

A noção de ideologia não nos permite compreender essa função literalmente produtiva da subjetividade. A ideologia permanece na esfera da representação, quando a produção essencial do CMI [Capitalismo Mundial Integrado] não é apenas a da *representação*, mas a de uma *modelização* que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários, etc. (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 28, grifos nossos)

A crítica à ideologia concebida enquanto representação – que é como a perspectiva micropolítica trata a discussão de Althusser (1970), a exemplo –, nos parece importante, já que demonstra as principais distâncias entre essas concepções. As formalizações do ideário político não permaneceriam enquanto reprodução das relações dos homens com seus entornos, com sua força de trabalho, com seu lugar de classe; e afirma-se que a troca, no instrumental analítico, pela noção de “produção de subjetividade” ajudaria a entender o papel ativo da linguagem ideológica na constituição do tecido social, não apenas como subproduto, mas como agente pragmático que realiza ações sobre os corpos.

Expostos os argumentos da crítica, é necessário um retorno, de forma a verificar até que extensão o projeto aqui delineado – aquele pelo qual o arquivista zela – pode comprá-la. Como vimos, a visão de Althusser (1970) não se reduz à imagem que as cartografias de Guattari e Rolnik (1996) lhe reservam: sua ideologia não é mero acessório *à posteriori* dos atos, nem pode ser entendida *apenas* enquanto representação de certos ideários. Advindo da corrente marxista, o caráter representacional está sim presente, mas é compreendido menos enquanto ponto de chegada e razão de existência do conceito, e mais enquanto parte de um processo ideológico mais complexo: o sistema ideário de representação das funções sociais é descrito claramente por Althusser (1970) enquanto etapa da *constituição* dos sujeitos, visando a reprodução das forças de trabalho, bem como a manutenção de suas posições de classe.

Vê-se aí que não se está tão longe do sistema de análises micropolíticas, como nos queria fazer crer a verticalidade das objeções até aqui. E, ao mesmo tempo, se tornam mais claros os motivos da alardeada distância, bem como a necessidade de retorno a tal teoria. Se Guattari e Rolnik (1996) erguem o argumento da subjetividade contra a ideologia, é por compreender que a ação das ideias no corpo do tecido social, bem como o papel que desempenham por dentro dos atos de enunciação, não se pode mais compreender à luz das ideias de classe e trabalho. Tal observação se lê também em *Mil platôs* (DELEUZE e GUATTARI, 1995), em um ponto de manipulação bastante agudo da teoria da ideologia. Se remete aí diretamente ao pensamento althusseriano para demonstrar como sua concepção da “tópica” marxista – a estrutura da sociedade concebida como um prédio, que possui a infraestrutura na base, e as superestruturas como andares superiores – acaba por engendrar uma miopia sobre o poder performativo da enunciação, já que a noção de ideologia é restrita às maiores alturas, tendo seu poder decisório restrito.

É a isso que os filósofos querem chamar atenção em seu já citado aqui clamor por uma visada ideológica: para compreender as relações entre conteúdo e expressão seria necessária uma retomada da teoria da ideologia. Mas lembremos o trecho, com atenção aos termos: “*remanejando a teoria da ideologia*” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 33, grifo nosso). Remanejo, como mutação, deslocamento dos pressupostos. A introdução desse retrabalho da ideologia teria como potência o destaque à produtividade, a introdução de expressão e conteúdo na produção, com a noção de um *valor-signo* – assim “a categoria de produção tem aqui, sem dúvida, a vantagem de romper com os esquemas de *representação, de informação e de comunicação*” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 33, grifos nosso)⁷.

A título de demonstração: lembremos que no esquema de *Mil platôs* cada ensaio tem seu título precedido por uma data, relativo de algum modo ao problema filosófico ali apresentado. *Postulados da linguística* nos fala de 20 de novembro de 1923: edito de um decreto que substitui o Reichmarck pelo Rentenmarck como moeda, aliviando a Alemanha da violenta inflação pós-Primeira Guerra Mundial. Um ato decisório e um enunciado, mas que não estão no campo da mera representação; mas produzem um agenciamento coletivo concreto: “é por isso que os enunciados certamente não fazem parte da ideologia, mas já operam no domínio suposto da infraestrutura” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 20).

Temos, então, alguns elementos a debater e retomar, no sentido de delimitação disso que propomos enquanto uma micropolítica da língua. O projeto surge nas solicitações de Deleuze, Guattari e Rolnik, mas o que a incursão pela teoria da ideologia nos demonstra é a antiguidade da premência de tal debate; e, mais, nos oferece instrumentos outros para a constituição da nossa perspectiva, mais próxima do campo de debates da Comunicação, onde inserimos nossas propostas.

Tome-se o ponto central do argumento micropolítico, como demonstrado aqui: a rejeição ao conceito de ideologia em favor da adoção do estudo dos processos de subjetivação.

Que Deleuze e Guattari recoloquem o debate nos termos da subjetividade tem a ver com as batalhas travadas de momento, em seus esforços de recolocação dos problemas da psicanálise – veja-se que um longo debate de Guattari (1988) sobre os temas da enunciação produtiva se intitula *O inconsciente não é estruturado como linguagem*, em franca provocação

⁷ Necessário demarcar aqui que essa redução da Comunicação à “representação” e à “informação” é corrente na obra de Deleuze e Guattari – mas dela nos distanciamos aqui. A própria visada produtiva da linguagem, entendida em um contexto ideológico, como proporemos, já nos colocaria muito longe dessa Comunicação enquanto sinônimo de processos meramente transmissivos.

a Jacques Lacan. Aqui, em nossos esforços de abertura da perspectiva comunicacional, é o caso de nos perguntarmos da validade desse conceito, tanto colocado em “superioridade” à ideologia; e se essa inversão não representaria mesmo um passo atrás, incorrendo uma vez mais no psicologismo da linguística já desconstruído por Bakhtin (2006).

É mesmo talvez com Bakhtin que nos voltemos para uma visada mais *produtiva*, atenta às provocações da pragmática no que ela pode oferecer de outra imagem da linguagem, como na ideia de *valor-signo* há pouco referida em passagem de *Mil platôs*. Ao retirar o debate ideológico da arena da consciência – evitando, por aí, também a subjetividade, ainda que ambas não se confundam – e transpô-lo ao espaço da palavra, como predizia o linguista russo, é que podemos entender tal poder de ação infraestrutural da comunicação. Não negar a ideologia dos atos de comunicação, mas recolocá-la na ordem das coisas, em certa infidelidade à visada marxista, para avaliá-la não enquanto acessória ao movimento econômico, mas agenciada a todo processo social. Tendo isso por vista, a perspectiva que se delineia aqui é a recolocação do foco dos problemas da linguagem no *processo de constituição do mundo social*, encaminhando as observações e análises nas *formas de modelização das relações sociais*, para retomar a visada de Guattari e Rolnik (1996). A modelização, enfim: o signo, compreendido em sua dimensão de ação infraestrutural, se leria como valor, tendo uma *face de uso* e uma *fase de troca*, definindo seus modos e capacidades de alcance nas interações comunicativas – entendido não mais como suporte de uma mediação ou veículo informativo, mas agente ativo de transformação.

Para entender melhor essa ação, é curioso que voltemos uma vez mais a Althusser (1970). O caso é de sua reflexão a respeito dos modos de constituição dos sujeitos como atos ideológicos, ressaltando que seu já clássico exemplo diz respeito ao uso político da linguagem em uma relação comunicacional:

Sugerimos então que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por esta operação muito precisa a que chamamos a *interpelação* que podemos representar-nos com base no tipo da mais banal interpelação policial (ou não) de todos os dias: “Eh! Você” (ALTHUSSER, 1970, p. 99)

A ação da palavra sobre o indivíduo é, portanto de caráter modelizante, no que insere este enquanto sujeito em um contexto mais amplo das trocas simbólicas, sujeito-alvo da ação política e econômica. A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos são o mesmo

processo – e já estamos aí muito longe de considerar a ação ideológica como mera representação mental⁸.

Ora capaz de gerar subjetividades ora voltada a engendrar sujeitos, a linguagem não *existe em si*, e é sobretudo essa constatação que encaminha sua visada (micro)política, “que não remete jamais a si mesma, que permanece sempre aberta a todos os outros modos de semiotização” (GUATTARI, 1988, p. 25). Se o sujeito não pode ser tido como condição dos enunciados, como alertam Deleuze e Guattari (1995) ao criticar frontalmente o modelo de interpelação de Althusser, não se pode negar que a produção dessa sujeição é também parte dos agenciamentos comunicativos, um dos casos de modelização linguística.

Considerações

A língua sibila, sem fim, nos impondo não censuras, mas modos de dizer e, mesmo, a necessidade inescapável de *sempre* estar a comunicar; como vai a célebre – ainda que pouco difundida, como se vê, em sua dimensão modelizante, fórmula de Roland Barthes (2013, p. 15): “Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”. Nesses rumores e interpelações, o que se vê em jogo são não os conteúdos, mas os modos de modelização destes, e de onde partem tais modos. A palavra “salário”, como em exemplo já apresentado aqui, é um valor diverso nas mãos dos patrões e nas mãos dos proletários; o deslocamento, da visão de Bakhtin, para a Deleuze e Guattari é ler essa imposição e essas disputas de sentido como *constitutivas* à própria enunciação (como a própria palavra de ordem). O esforço dessa micropolítica da comunicação seria, assim, o de observar o trânsito da linguagem pelas máquinas de expressão contemporâneas, sendo capaz de identificar tais práticas de enunciação que produzam distintos valores-signos, irrompendo no tecido do sensível e promovendo novos agenciamentos modelizantes já desde a infraestrutura. Guattari e Rolnik (1996, p. 135) nos falam da regra nº 1 da micropolítica (a primeira e, claro, a única): “estar alerta para todos os fatores de culpabilização; estar alerta para tudo o que bloqueia os processos de transformação no campo subjetivo”. Mais que no campo subjetivo, acrescentamos: tudo que bloqueia ou impõe processos nas infraestruturas, apostando na conservação das estruturas de comunicação já aí presentes.

⁸ É preciso também ter em vista a capacidade da Comunicação e de seus produtos midiáticos de realizarem tais operações, como esboça Althusser (1970, p. 100) em seguida: “A experiência prova que as telecomunicações práticas da interpelação são de tal maneira que, praticamente, a interpelação nunca falha a pessoa visada”.

E aí, no levante da voz de Guattari contra Guattari, a virada está em lembrar que “só se poderá fundar a autonomia de uma pragmática micropolítica sob a condição de renunciar à separação clássica entre o exercício da palavra individual e a codificação da língua no *socius*” (GUATTARI, 1988, p. 25). Entender os modos pelos quais a “a palavra do chefe” se encarna nos aparelhos e se recodifica, voltando ao corpo de leis da língua para, dali, modelizar os exercícios de fala posteriores. Assim, se avança no sentido da modelização, concebendo os modos como tais confrontos ideológicos, que se liam de formas individualizadas em Bakhtin (2006), passam à própria estruturalidade da língua, influenciando as próximas enunciações.

No clássico debate entre a *língua* enquanto sistema amplo regulador da enunciação e a *fala* como emissão individualizada, elemento anômalo a ser relativizado, a pragmática, como filosofia da diferença na linguagem, se vê impelida a inverter o quadro: só caberia o estudo da variação, das variáveis que tensionam a expressão até além de seus limites (a noções de gagueira e língua estrangeira dos filósofos ilustram bem tal questão). Aí ao arquivista cabe lembrar aquele trecho que vibrou em suas leituras: “A pragmática deve *recusar a ideia de um invariante que poderia se abster das transformações, mesmo o invariante de uma ‘gramaticalidade’ dominante*, pois a linguagem é caso de política antes de ser caso de linguística” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 97, grifos nossos). É mesmo o reconhecimento das variáveis e mutações *imanentes* à constituição da língua que abre os olhos a seu estatuto primariamente político: é político o reconhecimento de que a fala se recodifica no *socius*, como coloca Guattari, e, assim, é através de ações comunicacionais menores que se modelizam.

Nesse sentido – ainda que parta de um lugar de declarada oposição – é que retomamos aqui outra defesa de uma retomada do conceito de ideologia, feita por Gayatri Spivak (2010). Em um texto que produz uma crítica do conceito de sujeito deleuze-guattariano (sobretudo pelo seu viés na ideia de desejo; crítica aos veios psicanalíticos, como a que aqui tentamos), a filósofa, em chave semelhante à de Althusser, entende a ideologia sobretudo pelo seu caráter de re-produção de indivíduos. E tal caráter interessa na medida em que atua em processos “micrológicos” – micropolíticos –, com capacidade de atuar nas infraestruturas mais amplas: “Para se compreender tal responsabilidade, deve-se procurar entender as teorias da ideologia – de formações de sujeito, que, micrológica e, muitas vezes, erraticamente, operam os interesses que solidificam as macrologias” (SPIVAK, 2010, p. 42-42). E, cabe destacar, por sua vez, é só pela organização do pensamento semiótico é que se poderia entender esse caráter ideológico-modelizante: “A recusa do sistema de signo impede o desenvolvimento de uma

teoria da ideologia” (SPIVAK, 2010, p. 44). É pela ação de tais signos, organizados em *linguagem*, que se formam e reformam esses sujeitos; é pela compressão política de tal organização que se poderia compreender as injunções do poder na Comunicação.

Nesse encaminhamento a nosso final, cabe um aparte: a proposta aqui não se trata de voltar a um logocentrismo, ou de, paradoxalmente, endossar o regime de signos significante e despótico que Deleuze e Guattari (1995) denunciam; mas de conceber o poder de modelização da própria vida pela linguagem para estudar que processos engendram no corpo social a partir de seus agenciamentos – movimento bem caracterizado por Júlia Almeida em seus *Estudos deleuzeanos da linguagem* (2003). Ali ela se encontra em semelhante dilema: como justificar uma aventura linguística pelo pensamento de Deleuze e Guattari, eles que tanto lutaram contra a “ditadura do significante”, que propuseram uma vigorosa compreensão maquínica da semiótica, não redutível aos conceitos linguísticos de até então. O ponto aí é tomar os conceitos da linguagem como meio, não enquanto fim. Almeida propõe que, no terreno da filosofia da diferença, o caso é abandonar o linguístico pelo *linguageiro*: não mais uma filosofia da língua, mas uma imagem do pensamento que toma a linguagem como parte de um agenciamento, estudada como ponto de partida a reflexões mais amplas. Apostar nessa inversão é “compreender a linguagem como algo imerso em um campo de multiplicidades, de diferenças e de intensidades, fecundando, assim, uma teoria de base não-linguística (e não significante) da linguagem” (ALMEIDA, 2003, p. 90). Vê-se aí, por exemplo, como o debate sobre conteúdo e expressão leva a um retrabalho da categoria de ideologia, e, em uma volta sobre produção de subjetividades, indo desaguar no debate sobre a modelização e o valor do signo.

Como escreve Almeida (2003, p. 62, grifo nosso), a partir de tal perspectiva: “só a *montagem/desmontagem de agenciamentos* pode nos dizer em que medida um fluxo escapa, cria, inventa, ou um bloco se cristaliza”. Uma Semiótica Crítica micropolítica, interessada sobremaneira nos procedimentos de desmontagem, lança seu olhar sobre a língua e dela extrai novos fluxos para se repensar a comunicação: rachar coisas, rachar as palavras, ver o que aí reside.

Referências

ALMEIDA, Júlia. **Estudos deleuzeanos da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2013.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs** - Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 2.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SILVA, Alexandre Rocha da et al. Deleuze e a Semiótica Crítica. **Semeiosis**: semiótica e transdisciplinaridade em revista. São Paulo, n. 5, p. 1-15, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.semeiosis.com.br/u/61>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SILVA, Alexandre Rocha da. **Semiótica Crítica**: micropolíticas pós-humanas da comunicação. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2016.

SILVA, Alexandre Rocha da; ARAUJO, André Correa da Silva de. Semiótica crítica: materialidades, acontecimento e micropolíticas. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 132-145, ago./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58122/35438>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.